



Caros colegas,

É com o sentimento de gratidão que assumimos a presidência do FONAJUP.

Queremos, a partir da confiança depositada na nova mesa diretora, promover um espaço inclusivo, em que os integrantes do Fórum sejam co-protagonistas no processo de construção dos entendimentos uniformizados, na busca de soluções pela disseminação das boas práticas e na interlocução com o Congresso Nacional.

Iniciamos assim este biênio com a formatação de três comissões, cuja finalidade é ampliar o número de juízes com participação na tomada de decisão sobre as pautas dos nossos encontros e na dinamização da atuação do Fonajup. Queremos integrar estes magistrados, reduzindo as distâncias com ferramentas tecnológicas como videoconferências e webinar, sem prejuízo da importância dos momentos semestrais de encontros presenciais.

Temos por objetivo, seguindo linha de atuação da ABRAMINJ, fomentar a criação de fóruns estaduais que possam ajudar a ampliar este espaço de debate dos especialistas em infância e juventude do judiciário brasileiro, funcionando como uma extensão do espaço Nacional, propiciado pelo Fonajup em conjunto com o Fonajuv e a Abraminj, trazendo para o espaço nacional os debates realizados em cada Estado e levando para estes espaços locais as deliberações e entendimentos discutidos em âmbito nacional, democratizando ao máximo a participação de todos os juízes da infância e juventude que desenvolvem a sua jurisdição nas diversas realidades que este Brasil nos propicia.

Cada integrante da nova mesa diretora já realiza este movimento de estímulo dos Fóruns Estaduais no seu Estado e temos que identificar outros colegas que estejam promovendo este movimento nos seus Estados e convidá-los a estarem conosco no planejamento das ações do Fonajup, assim como farão os integrantes das Comissões Científica, Legislativa e de Boas Práticas.

Vamos, assim, dar continuidade às ações da 1ª mesa diretora do nosso Fórum, para promover um movimento de otimização das nossas atividades com a disseminação das boas práticas; dar voz à magistratura que efetivamente atua na área da infância e juventude numa análise crítica dos projetos de lei em tramitação e até trazer pautas de aprimoramento legislativo.

Pessoalmente, dedico boa parte do meu tempo de estudo à justiça restaurativa, que tem me ensinado a atuar em REDE e procurar construir políticas públicas com parcerias em espaços horizontais, cooperativos, em que os participantes trazem para o coletivo suas necessidades e o quanto podem contribuir para o atendimento das necessidades apresentadas por todos. Aprendi que é necessária uma integração da nossa realidade prática com a academia, por meio

de um diálogo permanente com a rede de atendimento nas suas múltiplas áreas e com as instâncias que representam a sociedade civil e movimentos sociais.

É com este espírito que convidamos a todos os colegas com atuação em infância e juventude para que venham e participem das nossas atividades. Somente uma teia bem tecida por todos irá transformar as lentes sociais e ressignificar, para o Sistema de Justiça e para os destinatários do serviço judiciário, a proposta paradigmática do ECA e das novas legislações que integram o microsistema da infância e juventude, como a lei da primeira infância.

Dr. Haroldo Luiz Rigo da Silva

Presidente